

HABITAÇÕES SUSTENTÁVEIS VOLTADA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: PROPOSTA PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE

SUSTAINABLE HOUSING AIMED AT LOW-INCOME POPULATION: PROPOSAL FOR THE MUNICIPALITY OF JOÃO MONLEVADE

Ana Paula Silva Gonçalves¹

Jansen Lemos Faria²

Resumo: Apesar da moradia ser um direito garantido pela Constituição federal de 1988, nem todos têm acesso à uma habitação digna, principalmente pela ausência de recursos para a compra ou construção da moradia própria, considerado o sonho do brasileiro. O sistema capitalista que rege o mundo atual possui a sua parcela de culpa uma vez que transforma terrenos e habitações em produtos, tendo seu preço determinado não apenas pela qualidade projetual e dimensões construtivas, mas principalmente pela localização que ocupa dentro de uma cidade ou região, em que quanto melhor o acesso a equipamentos urbanos, como escola, trabalho, edificações de saúde, maior o valor que precisará ser despendido em sua compra ou aluguel. Por esse motivo, apesar de haverem esforços do Estado para a construção de habitações populares, é comum encontrar construções com baixa qualidade arquitetônica e material, não atendendo nem mesmo determinações legais sobre a sustentabilidade em empreendimentos desse ramo. Em João Monlevade, pode-se citar tais problemas através do bairro construído pelo empreendimento do Minha Casa Minha Vida, em que as residências apresentam problemas quanto aos materiais utilizados, ao dimensionamento dos ambientes que não permitem que um layout confortável seja empregado, afetando diretamente a dignidade e autoestima das famílias que moram nessas habitações.

Palavras-chave: Habitações populares. Sustentabilidade. Dignidade. Capitalismo.

Abstract: Despite housing being a right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, not everyone has access to decent housing, mainly due to the lack of resources for the purchase or construction of their own home, which is considered the Brazilian dream. The capitalist system that governs the current world has its share of blame since it transforms land and housing into products, having its price determined not only by the design quality and construction dimensions, but mainly by the location it occupies within a city or region, in which the better the access to urban equipment, such as school, work, health buildings, the greater the amount that will need to be spent on their purchase or rent. For this reason, despite the State's efforts to build popular housing, it is common to find buildings with low architectural and material quality, not even meeting legal requirements on sustainability in projects in this field. In João Monlevade, one can mention such problems through the neighborhood built by the Minha Casa Minha Vida project, in which the residences present problems regarding the materials used, the sizing of the environments that do not allow a comfortable layout to be used, directly affecting the dignity and self-esteem of the families who live in these houses.

Key-words: Popular housing. Sustainability. Dignity. Capitalism.

1. Introdução

A moradia é uma necessidade de todos os seres vivos, ela representa segurança, estabilidade, afeto pelo lugar em que se encontra, no entanto, mesmo

¹ Discente do 9º período do Curso de *Arquitetura e Urbanismo* da Faculdade Doctum de João Monlevade

² Professor Mestre do Curso de *Arquitetura e Urbanismo* da Faculdade Doctum de João Monlevade, prof.jansen.faria@doctum.edu.br

sendo garantida pela Carta Magna de 1988 o direito à moradia, o Brasil ainda encontra altos índices de *défict* habitacional. É preciso não apenas que programas de Habitação de Interesse Social sejam realizados, mas que as construções atinjam níveis mínimos de segurança, conforto e sustentabilidade para que realmente garantam um morar e viver digno a toda a população.

A cidade mineira de João Monlevade, apesar do PIB e IDH-M considerados elevados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, possui a necessidade de novos empreendimentos habitacionais sejam realizados, tendo como único em vigor no município o Minha Casa Minha Vida, responsável pela construção do bairro Planalto. É preciso que melhorias sejam realizadas nas casas populares, tanto as já construídas como as que deverão ser eruidas, para que sejam consideradas confortáveis em sentido térmico, acústico e ergonômicamente, bem como para que sigam a metodologia sustentável determinada pela Lei 11124/2005.

1.1. Justificativa

O trabalho consiste em estudar as habitações de interesse social, a sustentabilidade na arquitetura, o direito à terra, os direitos humanos, a arquitetura e urbanismo, e o direito a uma habitação digna previsto em lei.

É importante que seja realizada a análise do entorno quando se adquire uma residência, sendo um importante fator quanto ao valor a ser pago pelo imóvel. Todos precisam de uma habitação, mas, a depender da condição financeira de cada um, torna-se difícil adquiri-la, fazendo-se necessário o ingresso em programas habitacionais, em bancos, financeiras ou através de empresas que praticam essa modalidade de construção.

O setor da construção é o que mais polui no mundo, sendo responsável por grande parte dos impactos ambientais no mundo, somando danos à natureza desde a extração e produção de matéria prima até o desperdício e excesso de resíduos gerados em obra. Para combater esses danos, é preciso que uma forma de construção limpa e sustentável seja empregada, passando constantemente por estudos para que esteja sempre em processo de aprimoramento, trazendo benefícios ao ser humano através de espaços mais saudáveis e por melhorar as condições do meio ambiente como um todo.

Atualmente, os métodos sustentáveis na construção civil têm sido muito utilizados pelos arquitetos e urbanistas, visando a necessidade que há na preservação do meio ambiente para tornar o espaço benéfico para a geração futura, e também pela exigência atual dos consumidores em buscar economias nas construções utilizando os métodos sustentáveis.

1.2. Objetivos

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Buscar o entendimento sobre as habitações de interesse popular e como aplicar métodos construtivos sustentáveis nesse tipo de empreendimento.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar referências bibliográficas e projetuais de construções sustentáveis;
- Levantar aspectos da funcionalidade, conforto e flexibilidade em construções sociais;
- Levantar os principais problemas construtivos das HIS atualmente;
- Entender os conceitos de Sustentabilidade e Habitações de Interesse Social;
- Análise das condicionantes ambientais nas HIS existentes em João Monlevade;

1.3. Metodologia

Trabalho com caráter qualitativo e objetivo exploratório com finalidade de levantar as atuais condições das habitações sociais em João Monlevade, bem como buscar entender como projetar habitações sociais com sustentabilidade, conforto e ergonomia.

A pesquisa se dará através de artigos científicos, entrevistas com moradores das habitações sociais de João Monlevade, levantamento de campo, análise de imagens de satélite, mapas, levantamentos fotográficos e demais bibliografias que contribuam com a elaboração do trabalho.

2. Desenvolvimento

2.1. Referencial Teórico

2.2. Os programas habitacionais e a sustentabilidade

Segundo Getúlio Vargas, o interesse do Governo Federal na construção das

habitações sociais se iniciou nos anos 30 com a industrialização do país pois, antes dessas construções, a população que vinha do campo para trabalhar e viver nas cidades tinha como opção somente as vilas operárias ou moradias de aluguel da iniciativa privada (Moreira, 2020).

Os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) possuem o objetivo de viabilizar o acesso à moradia digna àqueles que possuem renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, em locais urbanos ou rurais. Através de diversas facilidades criadas para a realização de empréstimos ou financiamentos imobiliários, têm-se conseguido melhorar as condições habitacionais dos brasileiros, porém ainda há muito a ser feito para que as habitações realmente possuam qualidade projetual.

Criado em 2009, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) tornou-se o programa habitacional mais conhecido no território brasileiro, ajudando mais de 5 milhões de famílias a conseguirem a sua unidade habitacional (G1. 2019). Os benefícios vão além de apenas facilitar a conquista da casa própria, fazendo com que essas famílias adquiram residências de forma legalizada, seguras e protegidas pela documentação de posse do imóvel.

Apesar da abrangência do programa, ele enfrenta alguns problemas quanto a qualidade projetual das moradias, que não são adaptadas aos diferentes climas nacionais, possuindo todas a mesma tipologia. Além disso, também são relatados o uso de materiais de baixa qualidade, técnicas construtivas que, apesar de tradicionais (alvenaria), poderiam ser substituídas por formas mais práticas e limpas, outro fator comum é a localização desses empreendimentos, que muitas vezes são implantados em regiões afastadas graças ao preço da terra local, mas que dificultam o acesso das famílias aos equipamentos urbanos.

Para Lago (2010) a habitação desempenha três funções principais: social, ambiental e urbana. Social para abrigar a família e permitir o seu desenvolvimento; ambiental através da sua inserção no meio urbano com os princípios básicos como a saúde, educação, transporte, trabalho e lazer, de acordo com os impactos que exercerá sobre o meio ambiente e a economia, levando em consideração a vivência das pessoas, a geração de empregos e renda, trazendo uma melhor qualidade de vida, moradias dignas e trabalho, fatores que estão estritamente vinculadas ao processo de desenvolvimento urbano.

“O direito à moradia significa garantir a todos um lugar onde se abrigue de modo permanente, pois, a etimologia do verbo morar, do latim “morari”, significa demorar, ficar. O conteúdo do direito à moradia não significa, tão somente, a faculdade de ocupar uma habitação. A história da habitação está ligada ao desenvolvimento social, econômico e político da humanidade. É imprescindível que essa habitação tenha dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto, a fim de atender ao disposto na Constituição Federal, que prevê a dignidade humana como princípio fundamental, assim como o direito à intimidade e à privacidade, e que a casa é um asilo inviolável. Não sendo assim, esse direito à moradia seria um direito empobrecido, pois, considerar como habitação um local que não tenha adequação e dignidade para abrigar um ser humano, é mortificar a norma constitucional. (CANUTO, VLACH, 2005 *apud* FITTIPALDI, 2008, p. 4).”

Apesar de existirem leis em vigor que delimitam como deveriam ser as HIS, nota-se um *déficit* quanto a sua qualidade, sendo afetados o conforto, ergonomia, ausência de sustentabilidade construtiva que, inclusive, resultaria em economia para a construção e utilização do imóvel. Tendo consciência dessa problemática, diversos profissionais do ramo construtivo têm buscado entender as formas de melhorar a sustentabilidade das edificações projetadas, ao passo em que se busca tornar as construções populares mais dignas e confortáveis.

Dentro da arquitetura há a discussão sobre como tornar as edificações mais sustentáveis, afim de preservar o meio ambiente o melhor possível, ao passo em que traz os benefícios de uma construção verde para o dia a dia dos usuários (edificações sustentáveis visam o máximo aproveitamento da iluminação e ventilação natural, fatores importantes para a manutenção da saúde humana, além dos benefícios psicológicos trazidos pela biofilia).

A sustentabilidade é a capacidade humana de interagir com o ambiente ao seu redor, retirando apenas aquilo que necessita e respeitando a natureza de forma a preservar seus recursos para as gerações futuras (Instituto Valor, 2013). Por possuir uma definição complexa, pode-se dizer que é a integração entre as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais, buscando o equilíbrio entre os interesses ambientais e a sustentabilidade social. Segundo Almeida:

“No mundo atual, a percepção de que tudo afeta a todos, cada vez com maior intensidade e menor tempo para absorção, gerou o processo de redefinição, conceitual e pragmático – porque não há mais tempo a perder -, do desenvolvimento clássico consumidor de recursos naturais, no qual o homem é incluído como mero animal de produção; e levou à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2009, p.25).”

Almeida afirma que o desenvolvimento sustentável é fácil de ser explicado, afinal, é evidente que um ambiente com mais qualidade proporciona ao ser humano melhor saúde e bem estar, no entanto, é difícil implementar ações eficazes (SILVA e

QUEIROZ, 2011). Pereira (2005), afirma que:

“a situação é paradoxal — ao mesmo tempo defendemos interesses de ordem econômica e produtiva que se contrapõem, em termos ambientais, aos interesses de bem-estar” (PEREIRA, 2005, p.6).

2.1.2. Benefícios da sustentabilidade para a saúde humana

Buscar a sustentabilidade construtiva é essencial, buscando preservar o meio ambiente para as gerações futuras desde a concepção projetual, com a escolha de materiais limpos, e execução, reduzindo o desperdício e resíduos do canteiro de obras, trazendo o conceito também para a utilização da edificação pronta, de forma a gerar o menor impacto ambiental possível durante toda a sua vida útil.

Construções verdes trazem impactos positivos para a saúde humana, segundo o *Green Building Canadá*, construções verdes diminuem os custos de manutenção do imóvel, além de melhorar a qualidade do ar e temperatura interna (esse modelo construtivo prioriza o máximo uso da ventilação e iluminação natural, pondo as versões artificiais em segundo plano, sendo utilizadas apenas quando realmente necessárias). O acesso a construções verdes pode reduzir em até 20% as chances de doenças respiratórias, além de reduzir em até 25% as chances de alergias em seus usuários (Green Building. 2021).

O termo biofilia significa “amor pela vida”, segundo Edward Wilson (1984), sendo atualmente utilizado pela arquitetura como a integração das construções com a natureza. Através dela, busca-se utilizar o máximo possível de materiais naturais, trazendo o conforto e benefícios da natureza para dentro das construções. Segundo pesquisas de Yoshifumi Miyazaki (codiretor do Centro para Meio Ambiente e Saúde da Universidade de Chiba- Japão), um maior contato com a natureza faz com que o sistema imunológico melhore, além da diminuição da pressão arterial, batimentos cardíacos e redução dos hormônios de estresse (Benaiah, 2016).

2.1.3. A Habitação Social e o direito à terra

Graças à facilidade de ser delimitada, e ao fato de todos necessitarem de uma parcela para construir sua morada, a terra tornou-se, há muito, uma mercadoria bastante valorizada. Junto à sua valorização, surgiram os problemas para as populações menos abastadas de conseguir adquiri-la, principalmente pois, com o crescimento das cidades, o entorno do terreno tornou-se fator de peso para a precificação da terra, fazendo com que as áreas próximas aos equipamentos urbanos

(transporte público, escolas, postos de saúde, comércio) ganhassem um valor ao qual não pudessem pagar.

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1970), garante um padrão de vida que proporcione tudo o que uma pessoa necessita para possuir uma vida digna, no entanto, a lógica capitalista vai em sentido contrário à essa declaração, uma vez que os trabalhadores nem sempre terão acesso às as mercadorias produzidas.

O sistema capitalista não oferece condições de crescimento igualitário, sendo assim, nem todas as habitações produzidas terão um padrão de vida digno, em razão das condições financeiras de cada indivíduo. O maior problema da habitação atual é a sua localização, em que, para estar próximo aos serviços de educação, saúde, e comércio, é preciso desprender uma boa quantidade em dinheiro, enquanto que a população carente não possui os recursos necessários para pagar por essa proximidade, tendo de morar em localidades afastadas, muitas vezes em situações precárias quanto ao saneamento básico e serviço de transporte público.

As regiões periféricas, em sua maioria, possuem construções em situações precárias, além da região receber baixo investimento público para melhorias e apresentar poucos equipamentos urbanos, fazendo com que a população seja refém de andar longas distâncias para trabalhar, estudar, ou mesmo para acessar equipamentos de saúde. Para tentar mudar essa realidade, os programas de Habitação de Interesse Social oferecem diversos tipos de cadastro, se adaptando a diversos tipos de realidade financeira, afim de diminuir o *déficit* habitacional³.

Desde os anos 1964, no Brasil, a política pública habitacional tem sido a maior fonte de investigações por possuir grande importância econômica, política, social e ideológica. Resolver os problemas que envolvem a habitação não é uma tarefa fácil, porém há o consenso de que todas devem oferecer condições dignas de vida aos seus moradores, e para isso é preciso que haja uma política habitacional que de fato se preocupe em atenuar os problemas sociais que envolvem o *déficit* habitacional. Uma das formas encontradas para tentar sanar esse problema foi a criação do Decreto-Lei nº 399/38 que diz:

³ Moradias construídas com materiais não duráveis, improvisados, em situação de risco, número excessivo de moradores em um pequeno espaço, ou mesmo população sem moradia alguma. Fonte: Urbe.lab. SD.

“salário mínimo, remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer em determinada época e região do país as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário e transporte.” (Decreto-lei nº 399/38).

Apesar de ter melhorado alguns aspectos, o salário mínimo nunca se mostrou suficiente para sanar completamente o propósito habitacional, mesmo durante o período que o desenvolvimento econômico mostrou-se mais positivo, havendo uma maior queda nos últimos anos graças à crise econômica que vive o país.

A moradia é um dos produtos mais valorizados do capitalismo, pois junta a necessidade de todo ser humano de possuir um local para se abrigar, as características do entorno, e o tempo que leva para ser produzida. Pode-se dividir seu modelo construtivo entre o autoconstruído, quando a própria família, geralmente de classe média alta e alta, contrata profissionais habilitados e constrói por conta própria; e a habitação financiada, geralmente de classe média baixa e baixa renda, em que se utilizam programas habitacionais oferecidos por bancos, ou demais instituições autorizadas, para alcançar o sonho da casa própria (comprada pronta ou construída).

A terra significa um apoio físico para as famílias, dando-lhes a sensação de segurança e estabilidade, estando ligada inclusive à sua autoestima. O valor do terreno está diretamente ligado ao seu entorno e as facilidades que o mesmo oferece, e, por quanto mais facilidades apresentar, maior o valor venal do imóvel, fazendo com que essas regiões sejam, predominantemente, populadas por classes mais abastadas. Segundo Villaça (1986), o valor da terra é imensurável pois é importante para todos os seres vivos, e o ser humano não deveria controlar nem torná-la privada, porque assim gera mais injustiças sociais e atrapalha os programas de urbanização, enquanto que, se repartidas e usadas como um todo, haveriam habitações dignas para todos.

É importante que, mesmo em periferias, o saneamento básico, iluminação pública, acessibilidade e demais equipamentos urbanos esteja presentes, preservando a saúde e segurança da população, além de possibilitar que exerçam seu direito de cidadão de forma facilitada. Infelizmente, na realidade, essa população tem que percorrer longas distâncias em transportes públicos coletivos, perdendo muito tempo com o deslocamento para realizar tarefas diárias.

O livro “O que todo cidadão precisa saber sobre habitação”, traz a consciência do poder da burguesia sobre a população mais pobre através do controle sobre a

propriedade privada, fazendo parecer com que se esforçam para sanar as problemáticas habitacionais, que se mostram “impossíveis” de serem resolvidas, sendo que, na realidade, não há interesse em resolvê-los.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à moradia, sendo obrigação do Estado de promover meios de construir e melhorar as condições habitacionais da população, porém, não cumpre essa função como deveria, principalmente pois a moradia como produto capitalista, funciona através da constante falta do produto no mercado, regulando o seu preço de acordo com a lei da oferta e da procura (VILLAÇA, 1986).

2.2. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Para entender a relação que a habitação ocupa na sociedade atual, é preciso conhecer os significados que ela possui para as pessoas, como demanda, mercadoria, direito social coletivo, carregando ainda, em âmbito geral, os conceitos de *déficit* e política pública, que estão íntimamente conectados através das necessidades enfrentadas pela população de baixa renda e a forma como o Estado encontrou para reduzir essa situação.

Segundo a teoria Marxista, a habitação é uma necessidade para a reprodução da existência social, como uma demanda a ser satisfeita e bem a ser produzido como uma mercadoria. Ao mesmo tempo, a habitação também figura como objeto de luta e direito social coletivo quando se pensa na esteira do discurso dos direitos humanos, representando um *déficit* a ser vencido pelo Estado através de políticas públicas habitacionais, como as feitas atualmente.

Entende-se a HIS como uma síntese contraditória dos conceitos de habitação como necessidade humana e direito de todos, e o conceito por ela adquirido quando se fala no mercado imobiliário. Segundo a autora Leda Velloso BUONFIGLIO:

“As necessidades necessárias - sempre crescentes e geradas pela produção material - extrapolam as do tipo materiais, incluindo aquelas não materiais que, ainda assim, precisam de meios materiais para que possam ser adquiridas (a exemplo da necessidade de ensino e de livros). Desse modo, a casa é uma necessidade natural e material. A casa é, também, necessidade social, determinada cultural e historicamente. Em Grundrisse é possível constatar a ampliação e a transformação do sistema de necessidades humanas, a partir do movimento histórico de desenvolvimento do capitalismo, que vai da simples satisfação das necessidades até a indução de novas necessidades. Se antes (estágios pretéritos de produção) as necessidades a serem produzidas e satisfeitas eram “simples e poucas”, elas correspondiam, contudo, à finalidade do trabalho humano e o orientavam. Na produção

capitalista, por sua vez, as necessidades se multiplicam em uma infinita variedade e infinitos tipos de mercadorias passam a ser necessários à satisfação humana, afetando drasticamente a produção. (Buonfiglio, 2019)".

Sendo assim, pode-se entender que as moradias são uma necessidade social.

A autora afirma que a Habitação de Interesse Social (HIS) não nasceu como política pública acabada, fora sendo gestada pelo Ministério das Cidades (criado em 2003) e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades (em escalas nacional, estadual e municipal). A HIS foi, em realidade, um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país, a Política Nacional de Habitação (2004), a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Habitação (SNH, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005) e o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009 (PlanHab). Tal legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de "interesse social".

3. Referencial projetual

3.1. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL

Projetada em 2010 pelo escritório 24.7 Arquitetura Design, em São Paulo, o projeto foi o vencedor do primeiro lugar no Concurso Público Nacional de Arquitetura para Novas Tipologias de Habitação de Interesse Social Sustentáveis, sendo elogiado pelos jurados por possuir qualidades essenciais para um posterior desenvolvimento como modulação e ampliação, além de possibilitar usos diversos.

O escritório afirma que a maior dificuldade foi a busca de soluções lógicas e racionais capazes de afirmar que a qualidade construtiva não deve estar atrelada ao fator econômico da classe a qual se destina, devendo os atuais projetistas acabarem com essa arcaica ideia que perdura até os dias atuais.

A habitação projetada se demonstra compacta, mas com liberdade interna, buscando sair, principalmente através da identidade visual da fachada, do batido modelo retangular comum. De programa de necessidades reduzido, o conceito partiu de dois blocos interligados por um terceiro, possuindo cada um o seu uso bem definido e distinto um do outro. A forma como foi projetada beneficia o aproveitamento de iluminação natural, permitindo ainda uma futura ampliação caso aumente o número de moradores.

Um dos principais pontos projetuais foi a comunicação com moradores de um

sistema habitacional já existente na cidade de São Paulo, ouvindo as suas necessidades, problemas, carências e anseios, de forma a desenvolver uma habitação que pudesse suprir o melhor possível aquilo que precisavam. Ao final, as habitações possuem bom aproveitamento da iluminação natural e ventilação, otimizado com a utilização de telhas termoacústicas e telhado verde, bem como possibilita diversos usos dentro do layout criado.

3.2. COMPETIÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL DE ALVENARIA

Projetada pelo escritório Fala Atelier em 2013, na capital portuguesa de Lisboa, o módulo construtivo desenvolvido permitiu que as moradias se desenvolvessem de forma interativa, dando personalidade ao bairro de Alvenaria. Os módulos contam com regras básicas de organização para que seja flexível e abrigue diversas tipologias, correspondendo aos anseios dos seus moradores.

Desenhado para revitalizar o bairro, as modulações rapidamente conseguiram alcançar seu objetivo, levando cor às ruas através de hortas e varantas, ao passo em que o branco externo das modulações destacam ainda mais as cores das vegetações e das atividades realizadas pelas ruas. Ao passo que externamente sua cor fica como pano de fundo para a cor da vida no bairro, internamente seu espaço pode ser inteiramente adaptado de acordo com o gosto do proprietário, podendo adquirir diversas características através da organização das modulações, layouts e decorações possíveis.

4. Resultados e discussões

4.1. Habitações de Interesse Social em João Monlevade

Segundo estimativa do IBGE para 2020, João Monlevade- MG-, possui cerca de 80416 habitantes. Apesar de possuir o segundo maior PIB da microrregião do Médio Piracicaba, e de possuir o IDH-M em 0,758, considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), há um elevado número de pessoas de baixa renda, fazendo com que seja necessária a construção de habitações sociais no município.

Apesar da cidade já ser contemplada pelo projeto Mina Casa Minha Vida com um total de 834 moradias de 41,41m² (Prefeitura de João Monlevade, 2014), as habitações possuem baixa qualidade, identificando, através de entrevistas com os moradores, o mal planejamento que levou a um baixo conforto térmico e ergonômico,

além do distanciamento da área central da cidade, local que reúne a maior parte dos comércios e empregos locais. Há ainda a reclamação sobre a implantação e planejamento urbano do bairro, em que não foi construída uma praça para convívio, ou localidade para a prática de esportes.

Mapa 1: Bairro Planalto



Mapa 1: Localização do bairro Planalto, escolhido para receber as habitações sociais em João Monlevade. Fonte: Google Earth.

A Lei Nº11124/2005 decreta que as habitações de interesse social devem utilizar métodos sustentáveis de construção, possuindo qualidade, humanização e dignidade. No entanto, o bairro Planalto, escolhido para receber as habitações populares, não cumpriu essa lei, havendo reclamações dos moradores sobre o tamanho e forma como as casas foram planejadas, gerando desconforto para utilizar os cômodos, sendo relatado, inclusive, que um guarda roupa e uma cama de casal não cabem dentro do mesmo quarto. O distanciamento entre o bairro e as demais localidades urbanas tornou a vida nessas habitações algo isolado, principalmente pela falta de equipamentos públicos de convívio, como as praças.

A ergonomia é fundamental para uma construção confortável, sendo a encarregada de garantir níveis adequados de temperatura, acústica, medidas

mínimas apropriadas para os ambientes, mobiliários e equipamentos utilizados no dia a dia, trazendo qualidade construtiva e de vida para as pessoas. Infelizmente, como visto através das entrevistas, é algo deixado de lado quando se projeta habitações populares, mesmo sendo uma temática imprescindível para a boa projeção das edificações.

A falta de atenção quanto às medidas ergonômicas de construções sociais pode ser vista como uma forma de buscar produzir mais habitações utilizando um espaço menor, pondo a qualidade projetual de lado em busca de maximizar a produção habitacional, um erro que não deveria acontecer, pois não basta apenas haver uma moradia própria, é preciso que a mesma se transforme em um lar para aqueles que vivem nela, o que só é possível quando se garante a dignidade no morar.

A sustentabilidade também ficou a desejar nas edificações do bairro de habitação popular, sendo, nesse quesito, implantado apenas um aquecedor solar por construção, não sendo suficiente para cobrir as necessidades dos moradores, mesmo que os materiais utilizados nas construções tenham sido aprovados pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o que, em tese, deveria garantir que os materiais empregados possuam uma boa qualidade.

A sociedade atual é focada no consumo frequente, fazendo com que a exploração dos recursos naturais cresça de forma constante, sem que seja respeitado o tempo que a natureza necessita para repor seus materiais. Os problemas ambientais que estão sendo enfrentados atualmente fazem com que seja necessário pensar em formas de exploração mais conscientes, respeitando a natureza ao passo em que se evolui a sociedade, garantindo os recursos para que as gerações futuras possam viver com qualidade. Segundo Souza *et al* (2019), a sociedade capitalista atual visa apenas o lucro e o bem estar momentâneo, deixando de lado a extinção dos recursos, muitos esses que poderiam ser reutilizados, ao invés de apenas extraídos da natureza.

4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR

Mapa 2: Loteamento proposto



Mapa 2: Localização do loteamento proposto, situado entre os bairros José de Alencar e Satélite.

Fonte: Google Earth.

O local proposto é próximo aos bairros José de Alencar e Satélite, em João Monlevade. Escolhido pela relativa proximidade com a área central da cidade, o novo loteamento não estará isolado dos equipamentos urbanos necessários a um bom desenvolvimento, o que geralmente ocorre em empreendimentos sociais, como o caso do bairro Planalto, empreendimento do MCMV que fica próximo à BR381.

O terreno é extenso, e a geografia local mostra-se íngreme, podendo abrigar diversas moradias e compor um ambiente atrativo, seguindo métodos modulares que se encaixam para melhor aproveitamento da topografia original, fiminuindo a necessidade de grandes movimentações de terra, levando em consideração métodos construtivos sustentáveis desde a sua concepção até o uso posterior, com a edificação concluída. Serão construídas áreas com finalidades comerciais e de lazer para que haja geração de emprego e renda dentro do próprio bairro, trazendo melhorias para a área econômica e social do município.

A vizinhança é composta por bairros tranquilos, possui muitos equipamentos urbanos na região, como escolas, igrejas, clubes, comércios de grande, médio e

pequeno porte, e paradas de transporte público coletivo. As habitações de interesse social implantadas nessa localidade trarão um enorme benefício para a população graças ao não isolamento dos mesmos, fazendo com que sua integração à sociedade se dê de forma facilitada e rápida, sem que seja preciso perder um grande tempo diário para poder realizar tarefas cotidianas.

4.3. Conceito e diretrizes projetuais

Dentro do que foi analisado, para o futuro projeto de habitação de interesse social no loteamento proposto, o conceito utilizado será a sustentabilidade, utilizando materiais regionais e mão de obra local para amenizar os custos de execução da obra, buscando ainda criar um ambiente agradável para o novo bairro através de equipamentos urbanos de lazer.

O projeto terá como norteador as diretrizes da sustentabilidade através do uso de materiais locais e materiais que gerem menor impacto ambiental quanto a sua extração e produção, além do melhor aproveitamento da iluminação e ventilação natural para que os gastos com energia elétrica nas edificações do empreendimento sejam reduzidas, auxiliando ainda as famílias a pagarem uma conta de energia mais amena.

Também será levado em consideração a criação de uma agradável praça, com espaço para as crianças brincarem e árvores para refrescar o ambiente, bem como uma boa iluminação para que a praça continue a ser utilizada mesmo quando chegar a noite.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a melhor forma de lidar com o *déficit* habitacional brasileiro é através de melhorias nas políticas públicas habitacionais existentes, pondo como principal fator durante a elaboração e construção das habitações a facilidade de acesso à equipamentos urbanos e a inserção das famílias na sociedade, evitando áreas muito afastadas que apenas dificultam o acesso às atividades cotidianas como estudar e trabalhar, além de contribuir com a marginalização dessas pessoas.

É preciso que entre as melhorias dos programas habitacionais sejam preconizados o estudo da ergonomia e sustentabilidade, trazendo às habitações o conforto ambiental, assim como medidas mínimas confortáveis para que o morar nessas residências se torne prazeroso graças ao respeito à dignidade das pessoas

de circularem, mobiliarem e realizarem suas tarefas dentro dos cômodos das habitações sociais.

Além das habitações, é preciso que os empreendimentos criem espaços de convivência verdes para que os novos moradores possam criar o sentimento de pertencimento ao bairro, gerando vínculos de amizade com seus vizinhos e tendo espaços para levar as crianças para brincarem com segurança, ao passo em que melhora a estética local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUITETURA E DESIGNER, **Habitação de Interesse Social Sustentável / 24.7 arquitetura design**. ArchDaily, 2010. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-141035/habitacao-de-interesse-social-sustentavel-slash-24-dot-7-arquitetura-design>>. Acesso em: 31 de março de 2021.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUONFIGLIO, Leda Velloso, **Habitação de Interesse Social**. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012018000100204&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

CECCHETTO, Carise Taciane; CHRISTMANN, Samara Simon; BIAZZI, Juliene Pierezan; ISTAN, Liamara Pasinato; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn. **Habitação De Interesse Social: Alternativas Sustentáveis**. Revista Gedecon. Disponível em: <[861-10188-1-PB.pdf](#)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

FALA ATELIER , **Competição Habitação Social de Alvenaria / fala atelier**. ArchDaily, 2012. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-135370/competicao-habitacao-social-de-alvenaria-slash-fala-atelier#:~:text=Com%20o%20desafio%20de%20criar,se%20desenvolvessem%20de%20forma%20iterativa.>>. Acesso em: 31 de março de 2021.

KOWALTOWSKI ,D. C. C. K; LABAKI, L. C; PINA, Sílvia A. M. G; SILVA, V. G; MOREIRA,D. C; RUSCHEL, Regina C; BERTOLI, Stelamaris Rolla; FÁVERO, Edison; FILHO, L. L. F. **Análise De Parâmetros De Implantação De Conjuntos Habitacionais De Interesse Social: Ênfase Nos Aspectos De Sustentabilidade Ambiental E Da Qualidade De Vida**. Coletânea Habitare. Disponível em: <[Coletanea Habitare - Volume 7: Meio Ambiente](#)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

MAHFUZ, E. C. **Um Projeto Alternativo de Habitação Social**. Virus, São Carlos, n.5, jun, 2011. Disponível em: < Um projeto alternativo de habitação social (usp.br)>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

O MILITANTE CONSERVADOR, **Sustentabilidade no Brasil: questão ambiental ou econômica**, 2020. Disponível em: < <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2016/10/sustentabilidade-no-brasil-questao-ambiental-ou-economica-001169517.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

PEREIRA, Erica. F. S. **Identificação Dos Limites E Potenciais Do Designer De Ambientes Na Diminuição Dos Impactos Ambientais A Partir Da Análise Do Ciclo De Vida**, 2020. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35181/3/MONOGRAFIA%20-%20ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O%20-%20%C3%89RICA%20PEREIRA.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

SUSTENTABILIDADE. **Instituto Valor**, 2019. Disponível em: <<http://www.institutovalor.org.br/programas/sustentabilidade/#:~:text=Sustentabilidade%20pode%20ser%20definida%20como,%C3%A1gua%2C%20as%20florestas%20e%20etc>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

Biofilia: Fomos programados para amar a vida. Equipe Oásis, Residencial Benaiah, sd. Disponível em: <<https://benaiah.org.br/biofilia-fomos-programados-para-amar-vida/>>. Acessado em: Jun. 2021.

6 Great reasons why investing in an eco-friendly property is a good idea. Green Building, 2021. Disponível em: <<https://greenbuildingcanada.ca/2021/6-great-reasons-why-investing-eco-friendly-property-good-idea/>>. Acessado em: Jun, 2021.